

**PERIFÉRICO E ISOLADO OU DISTANTE, MAS CONECTADO? O
PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL E SEUS
DESDOBRAMENTOS PARA A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA
DO CERRADO (1821-1823)**

Fernando Lobo Lemes 1

1 Doutor em História e Docente da Universidade Estadual de Goiás.

Introdução

Em Goiás a noção de distância assume importância indiscutível para o estudo da história do cerrado, durante os séculos XVIII e XIX. Contudo, referências às grandes distâncias geográficas entre Goiás e outras regiões do império, repetidas incansavelmente nas correspondências das autoridades coloniais e governadores da província, nas narrativas dos viajantes europeus e nos relatos de viagem de funcionários da burocracia governamental, acabaram por intensificar os argumentos norteadores de um discurso que reforçou a ideia do isolamento, permanecendo impregnada e quase onipresente na historiografia de Goiás. Do nosso ponto de vista, essa ideia aparece como uma espécie de sobreposição dos discursos dos atores e protagonistas da história sobre as interpretações posteriores realizadas pelos historiadores. Neste aspecto, a ideia do isolamento assumiu a condição de verdade incontestável na produção historiográfica goiana, norteando os estudos e as leituras a respeito de Goiás (PALACIN, 1979 e 1983; CHAUL, 2002; GARCIA, 2010; MACEDO, 2003; MOREYRA, 1986; CAVALCANTE, 2005). Exatamente por isso gostaríamos de sugerir outra perspectiva para a compreensão da dessa história, cujo referencial permita perceber o cerrado como lugar que experimenta uma dinâmica e temporalidade específicas, onde as distâncias geográficas não impediam os desdobramentos virtuosos dos acontecimentos e, do ponto de vista da importância dos conceitos, a noção de isolamento não tenha o poder de limitar a análise historiográfica ou mesmo definir de forma inadequada a imagem de uma sociedade complexa como é o caso de Goiás. Neste contexto, O objetivo da pesquisa é demonstrar, através do estudo do processo de desligamento político do Brasil de Portugal, ocorrido entre 1820 e 1823, e seus desdobramentos em Goiás, que as dificuldades interpostas pelas distâncias geográficas não paralisaram as iniciativas da Coroa, nem detiveram os espíritos e as ações dos homens que habitavam o cerrado brasileiro. Ao contrário das situações estudadas a partir da ideia de isolamento, a perfeita conexão entre os acontecimentos em Goiás, Portugal e Rio de Janeiro, permite perceber uma proximidade

significativa, bem como a existência de empreendimentos autênticos que serviam de combustível para a execução de projetos políticos interdependentes, conjugando, num mesmo processo, interesses comuns entre as cortes distantes e os atores e protagonistas políticos em Goiás.

Referencial Teórico

A hipótese inicial que norteia a presente pesquisa está fundamentada na ideia de que o conceito de isolamento tem se mostrado insuficiente e esquemático. Há uma repercussão tardia e excessiva dos discursos dos atores e protagonistas da história (presentes nas fontes históricas do período) sobre as interpretações dos historiadores. É por este caminho que os usos da noção de “isolamento” têm alcançado a historiografia contemporânea. Esta opção, do nosso ponto de vista, simplifica o estudo dos fenômenos de fixação dos valores modernos no cerrado e reduz o sentido das categorias e dos conceitos que possibilitam a apreensão mais vasta do conhecimento sobre a constituição do processo histórico em Goiás. Além disso, nossa hipótese está associada à consideração de outro aspecto proporcionado pelas contingências apresentadas pelas distâncias: a existência de uma temporalidade específica que condiciona os acontecimentos, produzindo intervalos de espera que definem o ritmo das ações e das decisões políticas. Acomodada às distâncias geográficas, a gestão do governo e as múltiplas relações de poder encontravam-se demarcadas por longos intervalos de espera, que condicionavam a experiência social e política dos homens do cerrado. Cartas, ofícios e documentos tinham sempre um longo caminho a percorrer. Se considerarmos o tempo de envio de uma correspondência e o retorno da respectiva resposta, teríamos, no mínimo, de dois a seis meses entre um pleito ou notícia e seu destinatário ou resultado final.

No coração da América, de fato, os atos de obediência ou resistência à autoridade do monarca português, ao príncipe regente ou às cortes de Lisboa, afluíam nessa zona de porosidade constituída por intervalos de espera, onde os embates entre interesses divergentes, bem como as decisões pessoais ou coletivas dependiam do ritmo da circulação das correspondências que traziam as mais recentes informações. Os papéis que chegavam transportados pelo correio-mor certificavam ou decepcionavam expectativas, trazendo revelações por vezes esperadas, por outras surpreendentes. Neste caso, os momentos de espera constituem uma duração específica no tempo em meio às brechas que se abrem entre os atos,

as escolhas e os acontecimentos históricos. No caso de Goiás, integram a própria matéria da experiência social e da vida dos habitantes. Não havia, portanto, isolamento. Ao contrário, preferimos enxergar a predominância de conexões consistentes que cimentavam verdadeiros vínculos associando, por sua vez, de forma inexorável, o cerrado às demais regiões do império. Além disso, através do aprendizado e da assimilação dos atributos que caracterizavam uma cultura política específica, Goiás estava atado ao campo político do mundo português. Veremos, então, a utilização de um mesmo vocabulário nascido dos princípios liberais da Revolução do Porto de 1820, a constituição de uma esfera pública de convivência social comum a todas as localidades e uma mesma crise de autoridade espalhada por toda a América portuguesa. A proposta desta pesquisa, portanto, não se faz sem motivo ou justificativa. Como lembra Reis, “Os historiadores reescrevem continuamente a história”, por algumas razões. Os homens e as sociedades humanas, objeto do conhecimento histórico, “por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo”. De acordo com ele, a história só se torna apreensível através da sucessão temporal. “A reescrita contínua da história torna-se, então, uma necessidade” (2007, p. 7). Para Koselleck, como o presente muda, passado e futuro são rearticulados, obrigando à reescrita da história (2006). Por outro lado, novos pontos de vista fundamentados em novas fontes, conceitos e teorias, conduzem à reavaliação do passado e das interpretações consolidadas e estabelecidas (REIS, 2007, p. 9-10). Mesmo porque, não há um passado imutável, sempre igual a si mesmo, a ser esgotado pela história, já que as mudanças no processo histórico provocam alterações nas interpretações dos historiadores. E toda interpretação, ainda de acordo com Reis, “se assenta sobre um ‘mirante temporal’, um ponto de vista, em um presente”. Noutros termos, se o historiador observa a história sempre a partir de um lugar social e um tempo particular, específico (2007, p. 9), é esse também o caso das interpretações sobre Goiás cujo vértice se assenta na noção de isolamento. Na verdade, a proposta de uma releitura dos marcos fundadores da história de Goiás já dura algum tempo. Desde Moreyra (1987-1988), passando pelas admoestações de Bertran (2006), nos deparamos com a obra de Chaul (2002), balizada, um pouco mais tarde, pelas ponderações de Sandes (2001). Em obra coletiva sobre a história das cidades de Goiás, Chaul e Silva reafirmam a necessidade de uma retomada dos pontos essenciais, apregoando a possibilidade de “repensar sobre tudo o que dissemos, por acreditarmos que os estudos realizados edificaram-se sobre as pilastras básicas de decadência, atraso e modernidade” (2004, p. 9) e, porque não dizer, de “isolamento” de Goiás. Seguindo a trilha aberta por estes autores, propomos algumas considerações que ensejam contribuir para

alargar os horizontes do debate sobre a noção de isolamento. Ao alimentar o debate, esperamos complementar o quadro e aprofundar as reflexões, indicando um novo sentido e, talvez, outro caminho para as narrativas que buscam contribuir com a história da independência e seus desdobramentos para a história e a historiografia de Goiás.

Metodologia

A abordagem proposta está associada aos métodos da pesquisa bibliográfica e da historiografia do discurso, que visa analisar os discursos registrados nas fontes textuais com o objetivo de compreender a sociedade nos quais foram produzidos. Por meio de um diálogo estabelecido com os aportes ligados à nova história política, será realizada a análise de documentos oficiais, transcritos através das técnicas da Paleografia, fundamentando a construção da narrativa em torno do processo de independência do Brasil e seus desdobramentos em Goiás. Serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; leitura paleográfica e tratamento das fontes; análise e classificação de documentos e dados; análise e interpretação dos discursos; construção da narrativa.

Resultados e Discussões

A pesquisa pretende contribuir para a compreensão a respeito do processo de independência política do Brasil de Portugal e seus desdobramentos em Goiás, indicando caminhos possíveis para o debate através da produção de informações e conhecimento científicos inovadores sobre o tema. Os seguintes produtos serão realizados ao final do projeto: produção de artigo científico, capítulo de livro ou texto completo para publicação em anais de evento; apresentação em simpósios e/ou congressos; Publicação de resumo em anais de eventos.

Referências

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. Goiânia, *Revista Universidade Federal de Goiás*, Goiânia, n. 1, p. 62-67, 2006.

CAVALCANTE, Maria do E. S. R. *Tocantins: o movimento do Norte de Goiás (1821-1988)*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

CHAUL, Nars F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 2002.

CHAUL, Nars F; SILVA, Luís S. D. (Orgs.). *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*. Goiânia: UFG, 2004.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. S. (Orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FURTADO, Júnia F. O sol e a sombra — Política e administração na América portuguesa do século XVIII. Resenha. *Almanack Braziliense*, n. 5, p. 137-139, 2007.

GARCIA, L. F. *Goyaz: uma província no sertão*. Goiânia: Cânone/PUC Goiás, 2010.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LEMES, Fernando L. Por uma releitura da história. A historiografia de Goiás e o paradigma da decadência. In: _____ (Coord). *Para Além das Gerais: dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa (Bahia, Goiás e Mato Grosso)*. Goiânia: PUC Goiás, 2015, p. 169-218.

_____. Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás. Rio de Janeiro, *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez, p. 112-129, 2012.

MACEDO, Tairone Z. *Império e Região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

MOREYRA, Sérgio P. O olho que vê o mundo. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, vol. 7-8, nº 1-2, p. 163-166, 1987-1988.

MOREYRA, Sérgio Paulo. O processo de independência em Goiás. In: MOTA, Carlos G. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

PALACIN, Luís. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: UFG, 1983.

_____. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1979.

RAMINELLI, Ronald J. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

REIS, João J. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SANDES, Noé F. Memória, nação e região: a identidade em questão. In: CHAUL, Nasr F; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: UCG, 2001.

VIEIRA, M. V. Disputas políticas e a crise de autoridade em Goiás: a adesão das elites dirigentes goianas à independência do Brasil (1821-1822). *Revista Crítica Histórica*, Dossiê: História, Relações de Poder e Movimentos Sociais, Universidade Federal de Alagoas – UFAL, n. 8, p. 23-43, 2013.